



Processo sobre Demóstenes será votado esta quarta na CCJ

Segundo o presidente da comissão, Eunício Oliveira, os prazos regimentais serão cumpridos rigorosamente. Se aprovado, parecer pela cassação do mandato segue para o Plenário. Intenção é que tudo seja concluído antes de 18 de julho, data de início do recesso parlamentar

O parecer do Conselho de Ética recomendando a cassação do mandato de Demóstenes Torres será votado nesta quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça. Se aprovado, o parecer, relatado na CCJ por Pedro Taques, segue para o Plenário, em 11 de julho, para votação final, secreta. A intenção é concluir o processo antes do recesso, em 18 de julho. Demóstenes é acusado de

quebra de decoro por envolvimento com Carlinhos Cachoeira, contraventor investigado por CPI mista. Das nove pessoas chamadas a depor à CPI na semana passada, apenas três quebraram o silêncio. O direito de se calar tem sido garantido por *habeas corpus* do STF. Diante disso, parlamentares discutem uma mudança de rito, para obrigar o depoente a ao menos ouvir todas as perguntas. **3**

Voltemir Boreto/Agência Senado



Relatório pela aprovação do parecer do Conselho de Ética sobre o senador Demóstenes Torres está na pauta da CCJ

Maurício Garcia de Souza/ALESP



Faltam delegacias da mulher em São Paulo, afirmam ONGs

CPI da Violência contra a Mulher realizou audiência na capital paulista e ouviu relatos sobre falhas nos programas do estado. Governador Geraldo Alckmin prometeu criar Coordenadoria da Mulher. **3**

Senadoras e deputadas da CPI participam de audiência na Assembleia Legislativa de SP: falhas na proteção das mulheres

Seminário discutirá no Senado política e novas mídias **2**

Senado e Câmara inauguram TV digital em Fortaleza

Violência no campo será debatida hoje em audiência pública

Comissão examinará emendas sobre ICMS de comércio eletrônico

4

Bucci: cada vez mais as imagens se sobrepõem às ideias **2**

Sétimo conferencista do Fórum Senado Brasil 2012, o professor e jornalista Eugênio Bucci fala sobre democracia-espetáculo e a imagem da política. O fórum continua hoje



Lin de Paula/Agência Senado

No Fórum Senado Brasil, ex-presidente da Radiobrás afirma que os governantes, que se preocupavam em transformar o país em canteiro de obras, hoje se empenham em parecer que estão fazendo isso

Bucci: imagem aumenta promiscuidade na política

NA SÉTIMA PALESTRA do Fórum Senado Brasil 2012, quinta-feira, o jornalista Eugênio Bucci falou sobre a democracia-espetáculo e a imagem da política. Professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-presidente da Radiobrás (atual EBC), Bucci se apresenta como crítico da imagem como mercadoria principalmente na política, que deveria ser resguardada pela nobreza do pensamento.

— O marqueteiro substituiu o ideólogo. Políticos precisam cada vez mais ser bons atores — disse, dando como exemplo Ronald Reagan, que saiu de Hollywood para ser presidente dos Estados Unidos.

Para Bucci, o mito da caverna de Platão, no qual os personagens são iludidos por sombras, continua. Embora o culto a imagens não seja novo, as facilidades da tecnologia e o modelo econômico lançaram a humanidade num frenesi de consumo dominado pelo imaginário, segundo ele.

— Antes os governantes se preocupavam em transformar o país num canteiro de obras. Agora eles se preocupam em parecer que estão transformando o país num canteiro de obras — observou Bucci.

Para o professor, criou-se a convicção de que imagem — traduzida também em tempo de televisão no horário eleitoral chamado gratuito — gera



Bucci lamenta que muitos jornais dependam de verba pública

Liu de Paula/Agência Senado

voto. Por isso, disse ele, composições políticas são feitas não em torno de programas ou identidades políticas, mas com vistas a fatias de tempo.

O jornalista se diz contrário à publicidade oficial e alerta que a maior parte da imprensa brasileira depende de verbas públicas, com exceção de grandes meios privados. Ele argumenta que a publicidade estatal não é uma forma de o Estado cumprir o dever de informar o cidadão. É, antes, propaganda do partido que está no poder, o que se configura como promiscuidade entre público e privado.

Bucci estende sua crítica a programas como *A Voz do Brasil* e a veículos como *TV Senado* e *TV Câmara*. Para ele, é preciso discutir se esses canais servem para aumentar a transparência sobre as atividades políticas ou como “palanque” para que os detentores de mandatos se promovam.

Jornalista defende controle social da mídia

Afirmando que “há controle social sobre tudo”, Bucci lamentou a conotação ideológica que acabou esvaziando o sentido do controle social da mídia. Ele defendeu parâmetros claros sobre concessões de rádio e TV, mas ressaltou que a regulação não deve entrar no mérito do conteúdo:

— Regulação não é de esquerda nem de direita, mas uma necessidade da democracia — definiu.

Para Bucci, a classificação indicativa, que “todos os países adotam” não é censura e não pode ser confundida com regulação de mercado para evitar conflito de interesses.

Seminário debate política e novas mídias

A Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado realiza na sexta-feira, a partir das 9h30, a segunda edição do seminário Política e Novas Mídias. No encontro, especialistas em comunicação vão analisar a participação dos cidadãos, dos parlamentares e das instituições públicas nas redes sociais.

“Novo paradigma da assessoria de imprensa” será a

primeira palestra do dia, às 10h, com Marcelo Minutti, da agência FSB PR/Digital.

Em seguida, às 11h, Minutti e o jornalista Alexandre Oltramari, da Agência +55, vão falar sobre o “Gerenciamento de crise de informação off-line e on-line”.

“Participação popular: ativismo digital e como parlamentares podem fazer parte disso” será a terceira palestra

da programação, a partir das 14h30, com Bruno Hoffmann, editor da revista *Campaigns & Elections Brasil*.

Às 15h30, Nino Carvalho, jornalista e consultor em marketing digital, vai debater “O uso das mídias sociais no governo”.

As inscrições são gratuitas e as vagas, limitadas. Mais informações no site <http://bit.ly/novasMidias>.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- SEGUNDA**
- PLENÁRIO: Pronunciamentos**
14h A sessão não deliberativa de hoje é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.
- PARLASUL: Reunião no Uruguai**
8h Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul reúne-se com delegações dos outros países, no Uruguai.
- CDH: Violência no campo**
9h A Comissão de Direitos Humanos debate a violência no campo. Entre os convidados, o ouvidor nacional de Direitos Humanos, Bruno Teixeira.
- FÓRUM: Ciberdemocracias**
19h Fórum Senado Brasil 2012 apresenta a palestra “Introdução às ciberdemocracias: elementos para uma antropologia do *Homo connecticus*”, por Frédéric Gros.
- TERÇA**
- CMA: Avaliação da Rio+20**
8h30 A Comissão de Meio Ambiente avalia a Rio+20. Às 10h30, faz oposição do retrato do governador capixaba, Renato Casagrande, na galeria de ex-presidentes.
- CAE: Programação monetária**
10h Comissão de Assuntos Econômicos examina mensagem sobre programação monetária para o segundo trimestre e sabatina Ana Novaes para a CVM.
- CPI DO CACHOEIRA: Reunião**
10h15 Reunião da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados.
- CE: Entrada nas escolas**
11h A Comissão de Educação vota obrigatoriedade de as escolas de educação básica identificarem as pessoas ligadas a alunos autorizadas a entrar nas unidades.
- CCJ: Comércio eletrônico**
14h30 Em análise na Comissão de Constituição e Justiça substitutivo a três propostas de emenda à Constituição que tratam do ICMS sobre comércio na web.
- CRA: Delegação russa**
15h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária recebe delegação da Rússia. O encontro visa intensificar o diálogo entre os dois países sobre agronegócio.
- QUARTA**
- CCT: Serviços de telecomunicação**
8h30 Projeto que obriga as concessionárias de serviços de telecomunicações a oferecerem planos sem cobrança de assinatura está na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia.
- CAS: Plástica de mama**
9h Entre os itens da Comissão de Assuntos Sociais, proposição que trata da reconstrução imediata da mama por meio de cirurgia plástica reparadora.
- CCI: Demóstenes Torres**
10h A Comissão de Constituição e Justiça deve votar o relatório ao parecer do Conselho de Ética que pede a cassação de Demóstenes Torres (sem partido-GO)
- AVIAÇÃO CIVIL: Pesquisa e controle**
14h Audiência pública da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil discute a visão de instituições de pesquisa e órgãos controladores do governo. O tema são as políticas públicas para a aviação civil.
- CMMC: Rio+20**
14h Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para avaliação da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.
- QUINTA**
- CI: Avisos do TCU**
9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa projeto sobre embarque gratuito de bagagem. Antes, examina procedimento a ser adotado pelo colegiado com referência aos avisos do TCU.
- CDR: Turismo rural**
10h Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que visa o desenvolvimento rural por meio da redução da incidência do ISS.
- CPI DO CACHOEIRA: Cavendish**
10h15 A comissão de inquérito faz reunião administrativa para análise de requerimentos, entre eles o de convocação do dono da Delta, Fernando Cavendish.
- SEXTA**
- SEMINÁRIO: Política e novas mídias**
9h30 A Secretaria de Comunicação Social do Senado promove o 2º Seminário de Políticas e Novas Mídia, no auditório Antonio Carlos Magalhães.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Presidente e relator da Comissão de Constituição e Justiça garantem que todos os prazos regimentais serão cumpridos. Julgamento final, no Plenário, está previsto para dia 11

Comissão vota caso Demóstenes quarta-feira

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) votará nesta quarta-feira o relatório de Pedro Taques (PDT-MT) sobre o parecer do Conselho de Ética que recomenda a cassação do mandato de Demóstenes Torres (sem partido-GO). Se aprovado, o parecer será encaminhado ao Plenário para votação final em 11 de julho com sessão aberta, mas votação secreta. A intenção é que tudo seja concluído antes do início do recesso parlamentar, previsto para 18 de julho.

De acordo com o Regimento Interno do Senado, são necessárias cinco sessões ordinárias do Plenário para a apreciação da matéria pela CCJ. Esse prazo começou a contar no dia 26.

Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente da CCJ, afirmou que todos os prazos regimentais do Senado serão rigorosamente cumpridos. O senador explicou que a comissão quer evitar qualquer tipo de questionamento, como aconteceu no Conselho de Ética, que teve que adiar a análise do processo contra Demóstenes devido a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Taques acredita que os prazos são suficientes para a análise completa do seu relatório.

— Vamos cumprir sem atropelos o que está escrito no regimento, o que está escrito na Constituição — assegurou o senador.

O relator afirma também que o parecer do conselho, elaborado pelo senador Humberto Costa (PT-PE), é bem fundamentado. Taques também considera que os preceitos constitucionais foram observados e que o Conselho de Ética cumpriu os procedimentos relacionados ao contraditório e à ampla defesa.

É sobre aspectos legais e jurídicos que os senadores da CCJ terão que se manifestar em relação ao relatório aprovado no Conselho de Ética.



Eunício Oliveira (E), presidente da CCJ, conversa com Inácio Arruda: comissão quer evitar questionamentos por parte da defesa de Demóstenes

Para parlamentares, *habeas corpus* prejudicam a CPI do Cachoeira

As reiteradas decisões do Poder Judiciário garantindo, por decisões liminares em *habeas corpus*, o direito a permanecer em silêncio para convocados pela CPI mista que investiga as relações criminosas de Carlinhos Cachoeira vem irritando parlamentares. Apenas três das nove pessoas chamadas a depor na semana passada resolveram falar.

O deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) disse considerar natural que o indiciado ou acusado possa se calar com base no princípio constitucional de que ninguém é obrigado a fornecer provas contra si mesmo, mas não as

testemunhas, “que têm o dever de colaborar com a Justiça”.

—Essa sistemática de concessão de *habeas corpus* significa que o Supremo Tribunal Federal [STF] tem considerado o presidente da CPI uma autoridade coatora — disse.

Para o deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF), há uma “indústria de liminares”. Ele sugeriu uma visita da CPI ao presidente do STF, Ayres Britto, para falar do assunto. A CPI também discute uma mudança de rito para obrigar o depoente a ouvir todas as perguntas dos parlamentares. Hoje, quem evoca o direito de se calar é imediatamente dispensado.

Polícia do Senado analisará vídeos de acesso às salas-cofre

O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), divulgou na sexta-feira uma nota sobre os procedimentos de segurança da comissão. Os documentos do colegiado, muitos deles sigilosos, são mantidos em salas-cofre, com acesso restrito.

De acordo com reportagem publicada pela revista *Época*, o chefe do serviço de policiamento noturno do Senado, Yanko de Carvalho Lima, teria recebido, em 2011, a ajuda do sargento reformado da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, apontado como espião da organização comandada por Cachoeira,

para emissão de passaporte para seus filhos.

Apesar de não haver indício de vazamento de informações, o presidente da CPI informou que a Polícia Legislativa do Senado fará investigação minuciosa, com a análise dos vídeos das salas-cofre e das antessalas. O objetivo é detectar o acesso de pessoas não credenciadas às salas da CPI.

Também na nota, o senador esclarece que os policiais legislativos não entram nas salas reservadas, pois a guarda é realizada do lado de fora dos recintos. O presidente da comissão ainda reitera sua confiança na Polícia Legislativa.

Depoentes

QUEM PREFERIU O SILÊNCIO

- ▶ **Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira:** é o pivô do escândalo e está preso desde fevereiro por corrupção, exploração de jogos ilegais e outros crimes.
- ▶ **Demóstenes Torres:** o senador é apontado como braço político do esquema de Cachoeira.
- ▶ **Idalberto Matias de Araújo, o Dadá:** o ex-sargento é considerado pela PF araponga e informante de Cachoeira.
- ▶ **Jairo Martins de Souza:** o ex-policial militar é tido como informante da quadrilha.
- ▶ **Cláudio Abreu:** ex-diretor regional da Delta no Centro-Oeste.
- ▶ **Gleyb Ferreira da Cruz:** suposto laranja de Cachoeira, ele aparece em interceptações telefônicas como elo entre o contraventor e o delegado da PF Deuselino Valadares, acusado de ser sócio de Cachoeira numa empresa de segurança.
- ▶ **José Olímpio de Queiroga Neto:** apontado como um dos gerentes da organização de Cachoeira.
- ▶ **Jayme Eduardo Rincon:** é presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop) e duas vezes apresentou um atestado médico, provocando a desconfiança de alguns parlamentares.
- ▶ **Rodrigo Dall Agnol:** contador da Delta, é suspeito de auxiliar o grupo em movimentações financeiras.
- ▶ **Sejana Martins:** é ex-sócia da Mestra Administração; no cartório, a empresa é dona da casa onde Cachoeira foi preso.
- ▶ **Écio Antônio Ribeiro:** outro sócio da Mestra Administração.
- ▶ **Eliane Gonçalves Pinheiro:** ex-chefe de gabinete de Marconi, é acusada de repassar informações ao bando. Foi convocada em duas oportunidades: na primeira vez, alegou problemas de saúde; na segunda, apresentou salvo-conduto.
- ▶ **Lúcio Fiúza Gouthier:** ex-assessor de Marconi Perillo, teria presenciado o pagamento da casa do governador feito pelo empresário Walter Paulo Santiago.
- ▶ **Marcelo de Oliveira Lopes, o Marcelão:** ex-assessor da Casa Militar do Distrito Federal, estaria envolvido na tentativa de conseguir a nomeação de um aliado de Cachoeira no Serviço de Limpeza Urbana do DF.
- ▶ **João Carlos Feitoza, o Zunga:** foi subsecretário de Esportes do Distrito Federal e é suspeito de receber dinheiro do grupo.
- ▶ **Lenine Araújo de Souza:** suposto contador de Cachoeira, falou rapidamente e não chegou a responder os questionamentos; prometeu colaborar depois de apresentar defesa no processo a que responde na Justiça Federal em Goiás.

QUEM JÁ FALOU À COMISSÃO

- ▶ **Marconi Perillo:** o governador de Goiás, em oito horas e meia, negou relação de proximidade com o contraventor.
- ▶ **Agnelo Queiroz:** o governador do Distrito Federal, por quase dez horas, sustentou a tese de que o grupo de Cachoeira fracassou ao tentar entrar na máquina administrativa do DF.
- ▶ **Raul Alexandre Marques de Souza:** delegado da Operação Vegas, que prestou depoimento secreto.
- ▶ **Matheus Mela Rodrigues:** delegado da Operação Monte Carlo, que também prestou depoimento secreto.
- ▶ **Wladimir Garcez:** o ex-vereador de Goiânia, por pouco mais de 20 minutos, leu um texto defendendo-se das acusações de ser colaborador de Cachoeira e depois, por uma hora e meia, respondeu a perguntas dos parlamentares.
- ▶ **Walter Paulo Santiago:** o empresário afirmou que comprou imóvel de Marconi pagando em dinheiro vivo.
- ▶ **Alexandre Milhomem:** o arquiteto informou que trabalhou na reforma da casa onde Cachoeira foi preso e que pertencera ao governador Marconi. O serviço, segundo ele, foi contratado pela mulher de Cachoeira, Addressa Mendonça.
- ▶ **Luiz Carlos Bordoni:** o radialista atacou Marconi e disse que recebeu dinheiro de caixa dois para a campanha de 2010 do governador.
- ▶ **Claudio Monteiro:** ex-chefe de gabinete de Agnelo, negou fazer parte do esquema e ofereceu seus sigilos à comissão.

A comissão, Alckmin promete criar Coordenadoria da Mulher

As deputadas e senadoras da CPI que apura a violência contra a mulher no Brasil obtiveram do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a promessa de que será criada, dentro da Secretaria de

Justiça, uma coordenadoria que concentrará todas as ações estaduais de proteção da mulher. Em Pernambuco, por exemplo, já faz parte da estrutura do governo a Secretaria da Mulher.

As parlamentares estiveram em São Paulo na quinta e na sexta-feira. Em audiência na Assembleia Legislativa, ouviram de ONGs que, no estado, é comum que mulheres violentadas ou ameaçadas

não consigam fazer boletim de ocorrência. As ONGs reclamaram da falta de defensores públicos e de delegacias e varas especializadas.

Segundo a senadora Ana Rita (PT-ES), relatora da CPI,

o governador de São Paulo também prometeu realizar estudos para ampliar o número de delegacias da mulher.

A próxima cidade que a CPI mista visitará será Salvador, no dia 13.

Cinco sugestões para a elaboração do Anexo de Metas e Prioridades também serão apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura

Comissão define quatro emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) definiu quatro emendas para propor ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013. Uma delas proíbe retenção de recursos orçamentários para agências reguladoras.

— Esse contingenciamento é um gargalo que foi discutido em audiências públicas — declarou a presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Outra emenda determina que o Orçamento da União de 2013 garanta, no mínimo, o mesmo valor gasto neste ano com medidas para contenção de acidentes nas atividades de exploração de petróleo e gás.

A comissão também vai propor cinco emendas de metas — que são sugestões para a elaboração do Anexo de Metas e Prioridades.

Este ano o governo não enviou o Anexo de Metas e Prioridades junto com o projeto da LDO. Por isso, no relatório preliminar apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) decidiu-se que o anexo será elaborado a partir de emendas apresentadas no Congresso — e as emendas da CI se incluem nesse caso.

As cinco emendas de metas propõem que a LDO priorize uso produtivo de energia elétrica, implantação da Hidrovia Tocantins-Araguaia, projetos de inclusão digital, construção de trecho ferroviário entre Lucas do Rio Verde (MT) e Cruzeiro do Sul (AC) e obras em rodovias. Todas essas emendas serão examinadas na Comissão Mista de Orçamento.



Lúcia Vânia e Cyro Miranda debatem emenda que impede contingenciamento de recursos para agências reguladoras

Reflorestamento pode ganhar recursos do setor elétrico

Quinta-feira a CI fará uma reunião para analisar 19 itens, incluindo o projeto de lei do Senado (PLS 155/12) que destina recursos do setor elétrico para o Fundo Nacional de Meio Ambiente. O objetivo é financiar o pagamento por serviços ambientais e a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente à margem de cursos d'água.

A proposta, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), recebeu voto favorável do relator, João Capiberibe (PSB-AP). Se aprovado, o projeto seguirá para a Comissão de Meio Ambiente (CMA) em decisão terminativa,

quando só precisa ser votado em Plenário se for apresentado recurso.

O autor do projeto leva em consideração o fato de que grande parte das concessões públicas do setor elétrico vence em 2015 para propor que percentual da redução do custo da energia ocasionada por prorrogação ou nova licitação seja destinado para o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Universalização

De acordo com a proposta, no mínimo 5% da redução alcançada no preço da energia elétrica "será empregada no pagamento por serviços ambientais

ou na recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias [à margem de cursos d'água].

Na justificativa da proposta, Rollemberg argumenta que o sistema elétrico nacional é interligado e que a universalização do fornecimento de energia elétrica é uma meta cada dia mais próxima de ser alcançada. Além disso, segundo ele, como o meio ambiente nacional é um patrimônio de todos os brasileiros, a medida institui um mecanismo pelo qual toda a sociedade contribui para a proteção do meio ambiente.

Ana Amélia elogia plano do governo para a agricultura

O lançamento do Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2012-2013 — que prevê R\$ 115,2 bilhões em créditos para o agronegócio e a redução da taxa de juros anual de 6,75% para 5,5% — foi elogiado por Ana Amélia (PP-RS).

— Senti pela primeira vez, nos últimos dez anos, uma sintonia muito fina entre a chefe do Poder Executivo, o Ministério da Agricultura e a Confederação Nacional da Agricultura — disse.

A senadora destacou a destinação de R\$ 93,9 bilhões para empréstimos com juros mais baixos e de R\$ 400 milhões para subvenção do seguro rural. A criação de uma agência federal de assistência técnica e extensão rural também foi elogiada. Ana Amélia ainda mostrou preocupação com o endividamento dos produtores rurais do Sul do país, devido à estiagem e a embargos da Argentina.



Senadora destaca juros mais baixos

Paim quer mais recursos para inclusão digital

O impacto das novas tecnologias da informação na vida da população brasileira levou Paulo Paim (PT-RS) a pedir aos deputados que assegurem pelo menos 30% dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para a inclusão digital, sendo no mínimo 10% para a área de ciência e tecnologia.

Ele explicou que a Lei do Fust (Lei 9.998/00) prevê que apenas 18% da arrecadação seja destinada às escolas públicas. O texto já foi aprovado no Senado e em duas comissões da Câmara.

Segundo Paim, o aumento de recursos será essencial para ampliar o acesso à internet banda larga em muitas escolas públicas, potencializando os benefícios da informática e da comunicação pela rede mundial de computadores.



Paim pede aprovação de seu projeto

Comissão de Direitos Humanos debate violência no campo

A Comissão de Direitos Humanos debate hoje, às 9h, a violência no campo e os assassinatos de camponeses e indígenas. A audiência foi solicitada por João Capiberibe (PSB-AP). Segundo ele, o Senado tem obrigação de realizar várias audiências públicas sobre o tema e, assim, dar visibilidade às pessoas que estão ameaçadas de morte por grileiros e madeireiros. O senador disse que, assim, a comissão pode ajudar a salvar essas pessoas.

— Somos a quinta economia do mundo. É impensável um país como o nosso ter de conviver com a violência, principalmente contra as lideranças sindicais do campo — lamentou.

PEC do Comércio Eletrônico deve ser votada amanhã

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve votar amanhã as emendas de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 103/11) do Comércio Eletrônico. A proposição reparte entre estados de origem e de destino o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas vendas pela internet.

Pelas regras atuais, o consumidor que adquire produto de uma loja virtual em outro estado paga o ICMS na origem da mercadoria. O projeto sujeita as operações, em que o cliente geralmente não é inscrito no ICMS, ao mesmo tratamento dado às vendas que se realizam entre empresas de estados diferentes.

Fortaleza ganha hoje transmissão digital da TV Senado e da TV Câmara

Serão inauguradas hoje as transmissões digitais conjuntas da TV Senado, da TV Câmara e da TV Assembleia Legislativa em Fortaleza.

A concessão é da Câmara dos Deputados, que cede, dos quatro canais da multiprogramação a que tem direito, um para o Senado e outro para a Assembleia Legislativa.

Na capital cearense, a TV Senado é transmitida em sinal aberto analógico desde 2007.

A nova iniciativa resulta de um acordo firmado entre o Senado e a Câmara pelo qual a Casa que implantar a sua estação de transmissão de TV digital cederá à outra, sem ônus, uma faixa de programação. A Assembleia Legislativa assume as despesas de instalação e de custeio da estação.

Ainda neste ano, o Senado implantará estações da TV e da Rádio Senado em sete capitais. Em todas, fará parcerias locais e dará à Câmara, sem custo, uma subcanalização para a transmissão local. Sempre firmando convênios com as assembleias ou outras entidades públicas, as duas Casas implantarão estações da TV Senado e da TV Câmara em 13 capitais até 2013.

A TV Senado, no ar desde 1996, está presente em todo o país na TV por assinatura, por parabólicas e na internet. Além disso, é recebida em nove capitais por meio de estações de televisão aberta de sinal UHF analógico. Com estações nos estados, o Senado dá início à expansão da Rede Senado de TV Digital além de Brasília.